

Certificação Socioambiental para Biocombustíveis

Riscos e oportunidades

Bruno Benzaquen Perosa¹
 Paulo Furquim de Azevedo²
 Matheus Girardi Cavallari³

A ADOÇÃO de biocombustíveis em vários países e a elevação no comércio mundial desses produtos têm suscitado diversas dúvidas sobre a sustentabilidade socioambiental de sua produção e seu consumo. A crescente preocupação com as questões ambientais já seria suficiente para ressaltar a importância da sustentabilidade nesses produtos. No caso dos biocombustíveis, porém, essa questão se torna ainda mais crítica, já que a base do argumento está na sua superioridade em relação aos combustíveis fósseis no que se refere aos impactos sobre o meio ambiente. Assim, a utilização de mecanismos que garantam o cumprimento desses padrões é crucial para expansão internacional do mercado para biocombustíveis.

Nesse sentido, a certificação se destaca como uma importante ferramenta para garantir o cumprimento de padrões socioambientais, já que permite a transmissão de informações aos consumidores sobre características dos produtos e dos processos produtivos neles utilizados. Em alguns mercados, a certificação deixou de ser uma opção e se tornou um “passe de entrada” para produtores, como se observava no mercado de alimentos orgânicos.

A certificação de critérios socioambientais também apresentou grande expansão em alguns setores. O setor florestal já conta com uma ampla rede de sistemas de certificação, como o Forest Stewardship Council (FSC) e o Programme for Endorsement of Forest Certifications (PEFC). Hoje, a maior parte da madeira comercializada no mundo é certificada por um desses sistemas. Enquanto o FSC tem um sistema próprio de

certificação privada, os critérios do PEFC vêm sendo adotados por governos nacionais como forma de regular a atividade florestal em seus territórios.

Para o produtor, a certificação gera custos diretos (pagamento às certificadoras) e indiretos (relativos à adaptação dos processos produtivos às normas da certificação). Geralmente, os custos indiretos superam os diretos em regiões que estão muito aquém dos padrões exigidos.

Custos das certificações agrícolas

Diretos	Indiretos
Auditoria de campo	Aumento de gastos com pessoal e treinamento
Monitoramento anual	Aumento de gastos com inventário e mudanças estruturais
Taxa anual de certificação	Mudanças na cadeia de custódia

A certificação de biocombustíveis tem se desenvolvido em paralelo às certificações mencionadas acima. Diversos critérios que já eram aplicados a outros setores foram adaptados e hoje já estão sendo utilizados em biocombustíveis. Padrões relativos a boas práticas agrícolas se mostram pertinentes para certificação de biocombustíveis. Contudo, algumas questões como as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e o balanço energético, características fundamentais para comprovação da sustentabilidade dos biocombustíveis, ainda não contam com indicadores amplamente aceitos.

No Brasil, a certificação da cana-de-açúcar já vem sendo realizada por algumas certificadoras, como a OIA-Brasil, a

Imaflo e a SGS-Brasil. Além de verificar o cumprimento de certos padrões na produção da cana-de-açúcar, em alguns casos, essas certificadoras também podem fazer recomendações às empresas processadoras (usinas) para que adotem práticas responsáveis.

Em termos gerais, a certificação socioambiental dos biocombustíveis avança rapidamente, mas ainda enfrenta algumas barreiras à sua expansão. Um primeiro problema estaria na proliferação desenfreada de certificações que competem entre si e, assim, reduzem a efetividade desses selos como mecanismos de sinalização aos consumidores. Também podem-se mencionar a falta de compatibilidade das certificações com regras comerciais da Organização Mundial de Comércio (OMC) – podem ser utilizadas como forma de barreira não tarifária – e possíveis atritos com legislações nacionais e internacionais que regulam atividades ligadas à produção e ao comércio de biocombustíveis.

Nesse sentido, é interessante perceber a interação entre os sistemas de certificação e a regulação socioambiental que vêm sendo adotados em vários países. Exemplo disso se verificou no Reino Unido, onde o governo, partindo dessa dificuldade de compatibilizar as certificações privadas com a regulação estatal, lançou uma legislação – Renewable Transport Fuel Obligation (RTFO) – que credencia certificações privadas. Estas podem ser usadas como forma de comprovar a sustentabilidade de biocombustíveis que pretendam adentrar naquele mercado. Tal mecanismo foi denominado *meta-standard approach* e já é considerado por outros países como uma forma de aproveitar os mecanismos de certificação privados existentes para baratear os custos de regulação socioambiental no setor de biocombustíveis. ■

1. Doutorando em Economia de Empresas (EESP-FGV). Pesquisador GV-Agro

2. Professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV). Coordenador GV-Agro Pesquisa

3. Graduando em Administração de Empresas (Eaesp-FGV). Pesquisador GV-Agro